



Os Rumos da Nova Previdência e as Responsabilidades Legais

ALLEX ALBERT RODRIGUES
Subsecretário dos Regimes Próprios

31 OUTUBRO
2019

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
MINISTÉRIO DA ECONOMIA



A reforma da previdência e a
sustentabilidade dos RPPS



Agenda:

- 1 - Programa de qualificação de gestores e conselheiros;
- 2 - EC XX/2019 e suas consequências para a responsabilidade na gestão dos RPPS.

O NOVO MARCO DA NORMA GERAL COM A LEI 13.846/2019

A reforma da previdência e a
sustentabilidade dos RPPS



QUALIFICAÇÃO

PROFISSIONALIZAÇÃO

BLINDAGEM

CAPACITAÇÃO

CONTINUIDADE

HABILITAÇÃO

FORMAÇÃO

EXPERIÊNCIA

INTEGRIDADE

CONTINUIDADE

EDUCAÇÃO
PREVIDENCIÁRIA

Art. 8º-B Os dirigentes da UG do RPPS deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I - não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas no inciso I do art. 1º da LC nº 64/90,;

II - possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais;

III - possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria;

IV - ter formação superior.

Parágrafo único. Os requisitos dos incisos I e II aplicam-se aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos.

ATUALMENTE...

Portarias MPS...

Certificação básica p/:

- **2008: gestor de RPPS > xx R\$ milhões**
- **2014: maioria membros comitê invest.**
- **2015: todos gestores de investimentos;**

Resolução CMN 4.604/2017:

Para assegurar o cumprimento dos princípios e diretrizes estabelecidos nesta Resolução, os responsáveis pela gestão do RPPS e os demais participantes do processo decisório dos investimentos deverão Comprovar experiência profissional e conhecimento técnico conforme requisitos estabelecidos nas normas gerais desses regimes.

DA MINUTA DA PORTARIA DE REQUISITOS “PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO”

Conceitos:

Habilitação: verificação pelo ente e da UG RPPS do atendimento dos requisitos

SPREV e órgãos de controle externo e interno: acompanhamento e fiscalização

**Conceitos: conselhos Portaria 464; comitê e gestor invest.: Portaria 519/2011
dirigentes: resp. legal e integrantes órgão máximo direção**

Qualificação: processo continuado de aprimoramento seus conhecimentos e sua capacitação para o exercício de suas atribuições

Certificação: processo realizado por entidade certificadora p/ comprovação de atendimento e verificação de conformidade c/ os requisitos técnicos necessários p/ exercício de determinado cargo ou função

ANTECEDENTES:

A- inexistência de condenação criminal e delitos previstos no inciso I do art. 1º da LC nº 64/90: certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal competentes

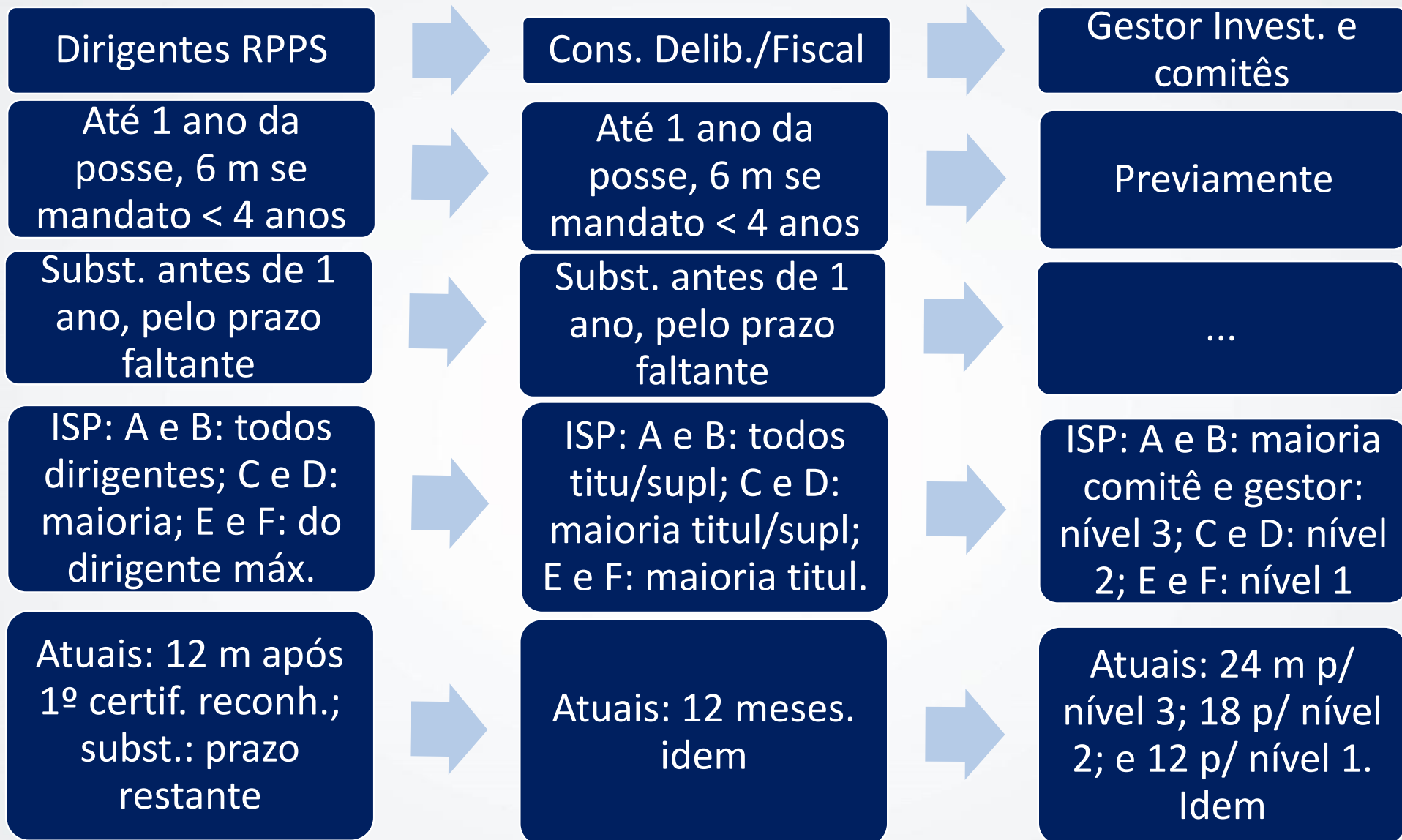
B - Demais fatos do inciso I do art. 1º da LC nº 64/90: declaração de não ter incidido em alguma das situações aí previstas, conforme modelo

A cada 2 anos

Se ocorrer deixarão de ser consideradas como habilitadas para as correspondentes funções

Atuais gestores e membros de conselhos e comitês: comprovar em até 60 dias após publicação da Portaria

Habilitação: Certificação



Reconhecimento dos certificados e

entidades:

Avaliação SPREV e CONAPREV (por ora: Comissão do Pró-Gestão RPPS); divulgação das entidades e certificados reconhecidos

Certificadoras: capacidade técnica, expertise guarda e controle certificados, alinhamento do certificado c/ requisitos para a função,

Certificados: edital ou regulamento do exame, conteúdo programático, abrangência, profundidade e aplicabilidade conteúdo ao exercício da função

**Inicial: Provas ou provas e títulos;
Exceção: renovação e inicial para conselheiros**

Obrigatório incluir processo de qualificação (participação em cursos e eventos de capacitação com comprovação pública de obtenção e presença)

Validade máxima de 4 anos

Experiência e curso superior: Dirigentes RPPS



Dúvidas sobre a certificação...??????

Qual conteúdo mín.
das certificações?

Haverá definição de carga
horaria mínima?

Valerá a aprovação do
gestor ou conselheiro na
prova, assim como ocorre
para obtenção do CPA 10?

O curso pode ser EAD assim
como já ocorre na
renovação do CPA10?

Congressos pelas associações c/
conteúdos mínimos, estes
poderiam no final do congresso
aplicar prova e os que obtiverem
xx% de acerto, serem certificados
pela associação?

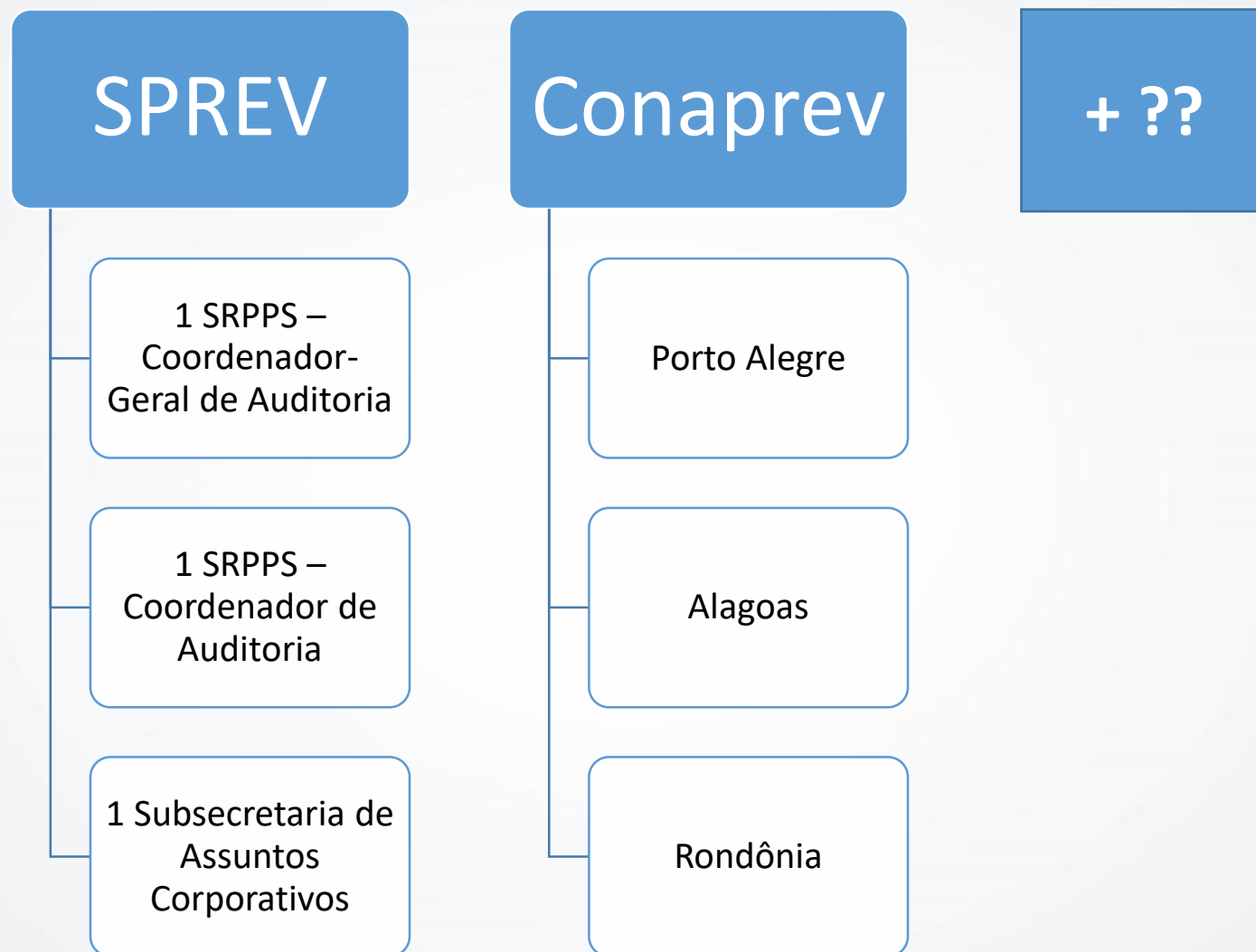
Para realização dessa
certificação, a empresa
certificadora terá que
possuir no cartão do CNPJ
alguma classificação
nacional de atividade
econômica específica?

Respostas:
**“alinhamento do seu
certificado com os
requisitos técnicos
necessários para o
exercício da função objeto
de seu ateste”**

Respostas:

“Compete ao órgão de que trata Portaria SPREV nº 3/2018, analisar os pedidos de reconhecimento das instituições e dos correspondentes certificados para o ateste da habilitação técnica”

Comissão de Acompanhamento do Pró-Gestão RPPS



2 - A EC nº XX/2019 e seus impactos na responsabilidade da gestão

dos RPPS

“O princípio do equilíbrio financeiro e atuarial é um escudo essencial aos mais pobres e às gerações futuras.

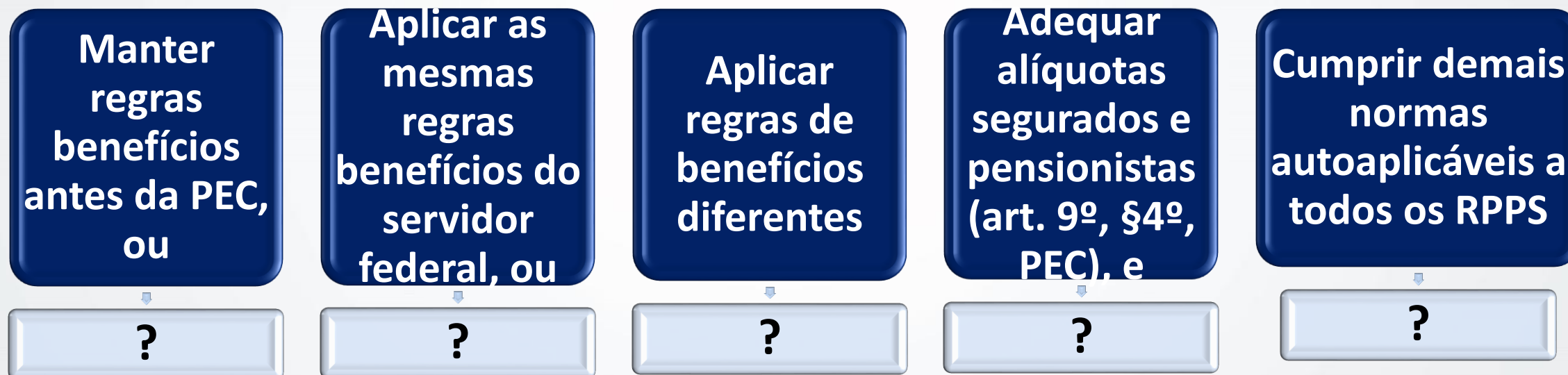
O corolário do desequilíbrio financeiro é imposto.

O corolário do desequilíbrio atuarial é dívida.

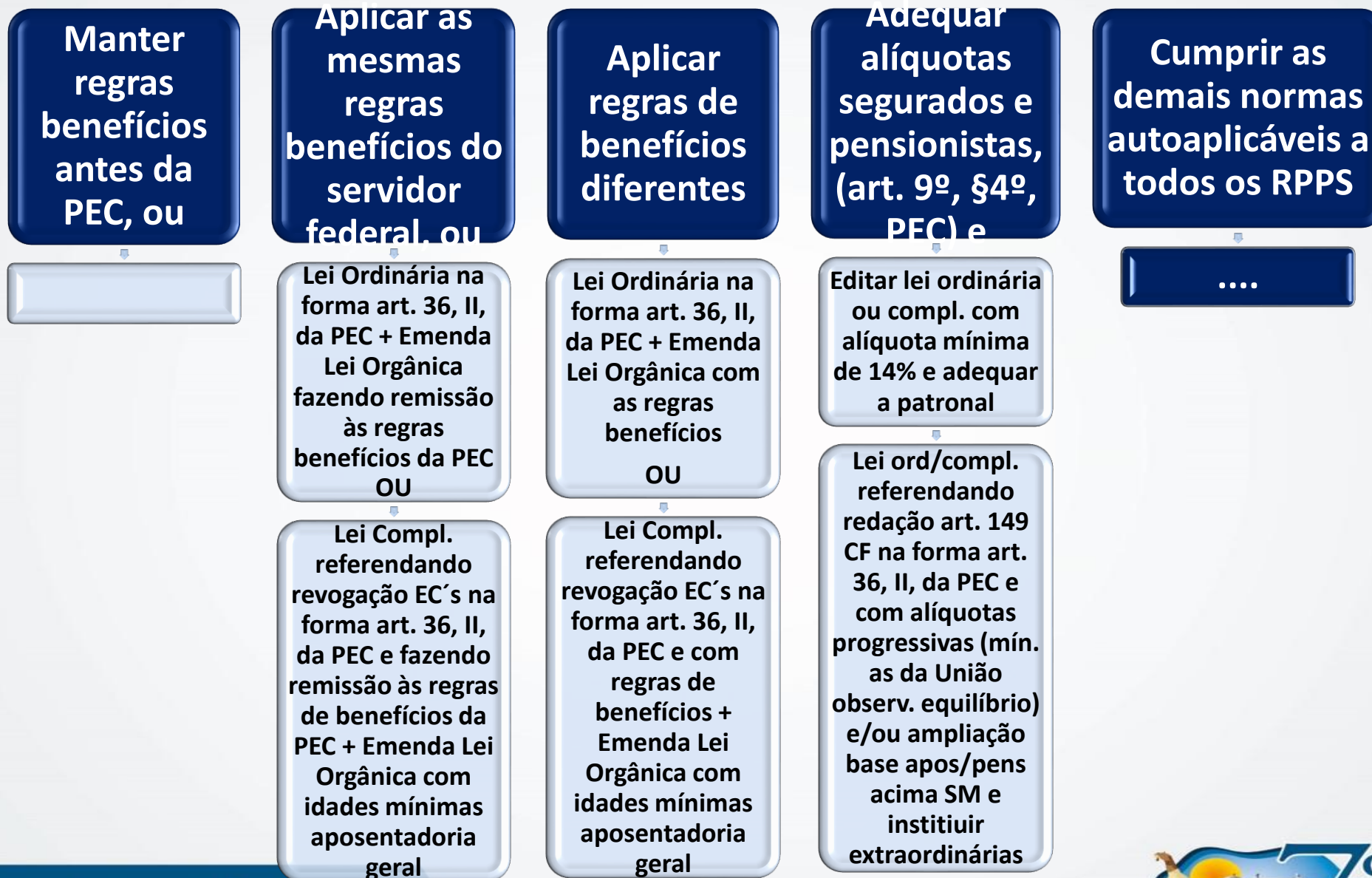
Seja para o cidadão de hoje, seja para o cidadão de amanhã.”

Parecer da Reforma da Previdência – CCJ Senado Federal

O que fazer após a EC nº XX/2019



O que fazer após a EC nº XX/2019



O que fazer após a EC nº XX/2019

Cumprir as demais normas autoaplicáveis a todos os RPPS

Rol de benefícios: aposentadoria e pensão (art. 9º, §§ 2º e 3º PEC)

Novos parcelamentos: 60 meses (art. 195, § 11 CF e arts. 9º, § 9º, e 39 PEC)

Não incorporação verbas temporárias/chefia na remuneração cargo (art. 39, § 9º CF e art. 13 PEC)

Disciplinar reavaliação e readaptação (art. 37, § 13 e art. 40, §1º, I CF)

Editar lei sobre abono de permanência (art. 40, § 19, CF)

Verificar acumulação entre pensão e benefícios demais regimes (art. 40, § 6º e art. 201, § 15 CF e art. 24 PEC)

Instituir previdência complementar (art. 40, § 14 CF e art. 9º, § 6º PEC)

Instituir Unidade Gestora Única (art. 40, § 20 CF e art. 9º, § 6º PEC)

Obrigar todos os poderes e órgãos a financiar o RPPS (art. 40, § 20 CF)

Utilizar recursos p/ pagamento de benefícios do respectivo fundo (art. 167, XII CF)

Demonstrar a solvência e liquidez do plano de benefícios (art. 9º, § 1º PEC)

Cumprir as normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS (art. 167, XII CF)

Policiais e bombeiros militares

- Inatividades e pensões: competência privativa da União - art. 22, XXI CF
- Estados: transferência p/ inatividade e situações particulares - art. 142, § 3º, X CF

Readaptação

- Obrigatória (art. 37, § 13 CF)
- Regulamentada na lei do ente p/ aposentadoria por incapacidade (art. 40, § 1º, I CF), idem reavaliação

Vínculo

- De servidor ou empregado público: rompimento do vínculo - art. 37, § 14 CF
- RGPS: após EC - art. 6º PEC

Complemento de aposentadoria

- Vedado (art. 37, § 15 CF) após a EC (art. 7º PEC)
- Exceto: extinção RPPS e previdência complementar

Mandato eletivo

- Novos: mantém vínculo c/ RPPS, caso não possua RGPS - art. 38, V; art. 40, § 13 CF
- União - Transição: pedágio 30% 62/65 ID M/H - art. 14 PEC
- Demais entes: lei de cada um - art. 14, § 5º PEC

Remuneração cargo efetivo

- Vedada incorporação de vantagens temporárias, função, cargo em comissão (art. 39, § 9º CF) após a EC (art. 13 PEC)
- União: regras de proporcionalidade p/ cálculo integralidade/paridade - art. 4º, § 8º PEC

Princípios art.
40, *caput*, CF

- Mais do que nunca....
- Equilíbrio Financeiro e Atuarial
- Caráter Contributivo e Solidário

Apos.
incapacidade
permanente p/
trabalho - art.
40, §1º, I CF

- União: cálculo 60% + 2% exceder a 20 de contrib., exceto acidente/doença profissional/trabalho - art. 10, § 1º, II PEC (antes da concessão: reabilitação; após: revisão periódica)
- Demais entes: por ora, regras vigentes - art. 10, § 7º PEC

Aposentadoria
Compulsória
art. 40, §1º, II
CF

- Art. 40, § 1º, II (sem alteração), passa a valer p/ func. publ (art. 201, § 16)
- Regras vigentes: 75 anos (LC 152/2015)
- União: art. 10, § 1º, III PEC; Demais: vigentes - art. 10, § 7º PEC
- Cálculo: TC/20 limita a um inteiro X valor apurado de 60% + 2% ao que exceder a 20 TC - art. 26, § 4º PEC

Aposentadoria Voluntária - art. 40, §1º, III CF

- Idade: CF, Const. Estadual e Lei Orgânica - art. 40, § 1º, III CF
- TC e demais critérios: LC de cada ente - art. 40, § 1º, III CF
- União: 62/65 ID M/H - art. 40, §1º, III CF, e 25 TC, 10 SP, 5 cargo - art. 10, § 1º, I. “a” e “b” PEC;
- Demais entes: por ora, regras vigentes - art. 10, § 7º PEC

Valores e cálculo benefícios - art. 40, §§ 2º, 3º e 7º CF

- Aposentadoria: entre SM e teto RGPS - art. 40, § 2º CF
- Pensões: mín. SM (se única fonte renda formal) - art. 40, § 7º CF
- Cálculo: lei de cada ente - art. 40, § 3º CF

Professores - art. 40, § 5º CF

- Idade reduzida 5 anos em relação à normal - art. 40, § 5º CF
- União: 57/60, ID M/H, 25 TC, 10 SP, 5 C - art. 10, § 1º PEC
- Demais entes: por ora, regras vigentes - art. 10, § 7º PEC
- Tempo de função de magistério: LC cada ente - art. 40, § 5º CF

**Servidores
com
deficiência -
art. 40, § 4º-A
CF**

União: 10 SP, 5 C - art. 22 PEC e LC 142/2013:
Grave: 20/25 TC M/H; média: 24/29; leve: 28/33, 100% média
ou 55/60 ID M/H, 70% + 1% a cada ano contrib.
Demais: LC de cada ente (p/ ora, mandado injunção)

**Policiais e
agentes
penitenciários
- art. 40, § 4º-B
CF**

- União/DF - Transitória: 55 ID, 30 TC, 25 C - art. 10, § 2º, I
- União/DF - Transição: 55 ID + LC 51/85 (25/30 TC M/H, 15/20 cargo M/H ou 52/53 ID M/H + 100% pedágio - art. 5º PEC
- Estados: por ora, LC 51/85 + regras locais - arts. 5º, §2º e 10, § 7º PEC

**Exposição a
agentes
nocivos - art.
40, § 4º-C CF**

- União - Transitória: 60 ID, 25 TC, 10 SP, 5 C - art. 10, § 2º, II, PEC
- União - Transição: 86 pontos + 25 TC, 20 SP, 5 C - art. 21 PEC
- Demais: LC de cada ente - arts. 10, § 7º e 21, § 3º PEC (SV 33)

Acumulação -
art. 40, § 6º CF

- Pensões e aposentadorias de cargos acumuláveis em âmbito de RPPS- art. 40, § 6º CF
- Pensão de um regime + pensões de outros, ou pensão de um + aposente. de outros - art. 201, § 15 CF e art. 24 PEC:
- Dedução de 40% faixa entre 1 e 2 SM, 60% entre 2 e 3 SM, 80% entre 3 e 4 SM e 90% faixa acima de 4 SM

Pensão por
Morte - art. 40,
§ 7º CF

- Lei ord. c/ tratamento dif. agressão sofrida p/ policial decorrente de sua atividade - art. 40, § 7º CF
- União: 50% cota familiar + 10% não reversível p/ depend. até 100% - art. 23 PEC
- Base: valor apos. conced. ou 60%+2% exced. 20 contrib. (100% acid/doença prof/trab)
- Policiais União/DF: última remun. vitalícia - art. 10, § 6º PEC

Compensação -
art. 40, § 9º CF

- RGPS x RPPS e RPPS x RPPS - arts. 40, § 9º e 201, §§ 9º e 9º-A CF
- Entre receitas de contribuição dos militares e demais regimes

Reajustamento
- art. 40, § 8º
CF

- Mantido art. 40, § 8º CF
- Atualização parcelas p/ cálculo: mantido art. 40, § 17
- União: índice RGPS
- Demais entes: conforme lei de cada ente

Tempo fictício

- Vedação mantida art. 40, § 11 CF
- Incluída no art. 201, § 14 CF p/ RGPS e c/ transição no art. 25 da PEC

Aplicação
subsidiária dos
critérios RGPS

- Mantida no art. 40, § 12 CF

Regime
Complementar
– art. 40, §§ 14
a 16 CF

- Obrigatório
- Após 2 anos depois da PEC
- Entidades aberta (após LC) ou qq fechada

Tempo fictício –
art. 40, § 11 CF

- Vedação mantida - art. 40, § 11 CF
- Incluída no § 14 do art. 201 p/ RGPS e c/ transição no art. 29 da PEC

Abono de
permanência –
art. 40, § 19 CF

- Até valor contribuição e critérios conf. lei do ente - art. 40, § 19 CF
- União - direito adquirido regras transição (antigas e novas) ou transitórias (arts. 3º e 4º PEC) no valor da contrib. até lei tratar dos critérios

Criação/ extinção

- Vedada criação (art. 40, §22)
- Extinção (art. 34 PEC): pagto complementação e recursos acumulados somente p/ benefícios e compensação previdenciária

LRP - Lei Compl. Nacional - art. 40, § 22 CF

- Requisitos para extinção, modelo de arrecadação, aplicação e utilização recursos, fiscalização pela União e controle externo, instituição de fundos e vinculação de recursos, mecanismos de equacionamento deficits, estruturação órgão ou entidade, responsabilização, consórcio, base de cálculo, alíquotas

Sanção administrativa

- Aposentadoria deixa de ser hipótese de sanção para magistrados e membros do Ministério Público
- Arts. 93, 103-B, 130-A PEC

Contribuições Art. 149 CF

- alíquota progressiva dos ativos, aposentados e pensionistas e contrib. extraordinária por prazo certo junto c/ medidas a cargo do ente
- contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas acima SM se tiver deficit

União - contribuições

- Art. 11 PEC: altera Lei 10.887/2004 c/ alíquota padrão de 14%
- Concede reduções e acréscimos por faixa de remuneração
- Alíquota efetiva de 7,5% a 16,8%
- Mantém contrib. aposentados e pensionistas acima teto RGPS

Demais entes - contribuições

- Se não referendar novo art. 149 da CF na forma do art. 36, II, PEC:
 - alíquota mínima de 14% dos seus servidores, aposentados e pensionistas se tiver deficit - art. 9º, § 4º PEC,
 - não podem ser progressivas nem ampliar a dos apos/pens. p/ acima de 1 SM;
- Se referendar: poderão aplicar alíquotas progressivas tendo por base as da União, mediante estudo que demonstre equilíbrio

Utilização recursos

- Art. 167, XII CF: somente p/ benefícios do respectivo fundo e despesas adm.
- Revisão da segregação da massa se atendidos parâmetros c/ base na LRP
- Benefícios RPPS: aposentadorias e pensões (art. 9º, §§ 2º e 3º PEC)

Transf. Voluntárias e financiamentos da União

- Art. 167, XIII, CF: vedada se Estados, DF e Municípios descumprirem normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS

Parcelamentos (REFIS)

- art. 195, § 11 CF: veda moratória e parcelamentos acima de 60 meses
- art. 9º, § 9º PEC: aplica essa vedação aos RPPS
- Não se aplica a parcelamentos previstos na legislação até promulgação PEC (art. 31 PEC)

União - Direito Adquirido (art. 3º PEC)

- União: Preserva cálculo e forma de reajuste aos servidores que cumpriram regras anteriores;
- Conforme critérios na legislação vigente à época
- Demais entes: somente quando alterarem regras de benefícios

União -Regra Transição RPPS 1 (art. 4º PEC)

- 56/61 ID M/H, 30/35 TC M/H, 20 SP, 5 cargo (2022: 57/62 ID)
- + somatório de ID e TC de 86/96 M/H subindo até 100/105
- Quem ingressou até 2003, integralidade/paridade 62/65 ID M/H
- Após: 60% + 2% do que exceder a 20 TC

União - Regra Transição RPPS 1 (art. 4º PEC) Prof.

- 51/56 ID M/H, 25/30 TC M/H, 20 SP, 5 cargo (2022: 52/57 ID)
- + somatório de ID e TC de 81/91 M/H subindo até 92/100
- Quem ingressou até 2003, integralidade/paridade 57/60 ID M/H
- Após: 60% + 2% do que exceder a 20 TC

**União -
Cálculo
integralidade
(§ 8º art. 4º
PEC)**

- Média das rubricas variáveis de carga horária proporcional ao núm. de anos de recebimento e contribuição em relação ao total exigido
- Média das rubricas variáveis por ind. de desempenho proporcional ao núm. de anos de recebimento e contrib. em relação ao total exigido, ou se inferior ao tempo total de percepção

**Normas de
organização
(art. 9º PEC)**

- Lei 9.717/98 recepcionada como Lei Complementar até a futura LRP
- Definição de deficit e ressalva de que entes que tem plano de amortização e segregação ainda tem deficit
- Empréstimos consignados conforme regulamentação CMN

**Sistema
Integrado de
dados (art.12
PEC)**

- Benefícios de todos os regimes previdenciários, programas de assistência, militares e outras bases de dados
- Entes terão acesso ao compartilhamento das informações
- Transmissão das informações: somente p/ fiscalização

Regra Transição RPPS 2 (art. 20 PEC)

- 57/60 ID M/H, 30/35 TC M/H, 20 SP, 5 cargo
- + pedágio de 100% TC
- Quem ingressou até 2003, integralidade/paridade
- Demais: 100% média

Regra Transição RPPS 2 (art. 20 PEC) Prof.

- 52/55 ID M/H, 25/30 TC M/H, 20 SP, 5 cargo
- + pedágio de 100% TC
- Quem ingressou até 2003, integralidade/paridade
- Demais: 100% média

Cálculo aposentadoria

- União: 60% + 2% da média desde 07/94 - art. 26 PEC (exceto 100% p/ transição 2 e incapacidade acidente/doença trab/prof. e deficiência)
- Média todo período, mas pode excluir acima do TC que prejudique
- Demais entes: por ora, regras vigentes, inclusive Lei 10.877/2004



Grandes desafios nos esperam!! Ainda mais
dos que temos hoje...
Mas é isso que nos move



APOIO:



REALIZAÇÃO:



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

